

ATA DA 6ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 03 de outubro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

1 Aos três dias do mês de outubro de dois mil e oito, às nove
2 horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões dos Órgãos
3 Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará, na sede da
4 Procuradoria Geral de Justiça - PGJ, reuniram-se para a 6ª
5 Reunião Extraordinária do Conselho Estadual Gestor do Fundo de
6 Defesa dos Direitos Difusos - CEG/FDID, sob a Presidência da
7 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**, representando a
8 Procuradoria Geral de Justiça - PGJ, as conselheiras e
9 conselheiros adiante indicados: **Dra. Maria Lúcia de Castro**
10 **Teixeira**, representando a Procuradoria Geral do Estado - PGE;
11 **Dra. Marilene da Páscoa Barros**, representando a Secretaria da
12 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECITECE; **Dra. Rimena**
13 **Alves Praciano**, representando a Secretaria da Saúde do Estado do
14 Ceará - SESA; **Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto**, representando a
15 Secretaria do Turismo do Estado do Ceará - SETUR; **Dr. João**
16 **Gualberto Feitosa Soares**, Secretário-Executivo do Programa
17 Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - DECON; **Dra. Ana**
18 **Mônica Figueiras Menescal**, representando a Secretaria da Fazenda
19 - SEFAZ; **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira**, representando o
20 Centro de Apoio Operacional da Proteção à Ecologia, Meio
21 Ambiente, Paisagismo, Patrimônio Histórico e Cultural - CAOMACE.
22 Justificaram ausência: o representante da Assembléia Legislativa
23 - AL; a representante da Secretaria da Cultura - SECULT, a
24 representante do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
25 - CONPAM e o representante da 2ª Promotoria de Justiça e Meio
26 Ambiente - PJMA. Não compareceram: as 03 (três) ONG's. **Dra.**
27 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto - PGJ**, Presidente do
28 Conselho, cumprimentou a todos os presentes e em seguida passou
29 para a leitura da Pauta da 6ª Reunião Extraordinária do Conselho
30 Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.
31 Verificada a existência de quorum a sessão foi aberta. Ordem do
32 dia - Primeiro Ponto: Aprovação da Ata da 39ª Reunião Ordinária
33 do CEG/FDID que foi aprovada sem restrição por todos os
34 Conselheiros presentes. Segundo Ponto: Apresentação do
35 demonstrativo dos valores recolhidos ao FDID referente ao mês de
36 setembro de 2008, no valor total de R\$ 491.260,64 (quatrocentos
37 e noventa e um mil duzentos e sessenta reais e sessenta e quatro
38 centavos). Informou que os recursos do FDID serão transferidos
39 do Banco do Brasil para a Caixa Econômica Federal a exemplo do
40 que está fazendo todos os órgãos do Estado. Terceiro Ponto:
41 Deliberação sobre o Convênio nº 01/2008 - FDID/CEG e PGE. Passou
42 a palavra para a Dra. Lúcia Teixeira. **Dra. Maria Lúcia de Castro**
43 **Teixeira** explicou que o convênio foi aprovado em agosto, mas que
44 foi necessário atender algumas exigências, ser preenchidos
45 alguns requisitos em atendimento ao Decreto nº 19.190/08 de
46 Descentralização Orçamentária, e que por isso, o convênio foi

ATA DA 6ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 03 de outubro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

47 assinado em 30 de setembro, e publicado em 02 de outubro. **Dra.**
48 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** falou que no dia 22 de
49 setembro foi publicado o Provimento nº 079/2008 que dispõe sobre
50 a execução orçamentária das despesas do Fundo mediante
51 Descentralização Orçamentária, entre órgãos e entidades, cuja
52 cópia foi entregue a todos os Conselheiros. Indagou se eles já
53 haviam examinado essa publicação. Informou que nessa reunião
54 estará assinando a Portaria nº 01/2008 do CEG/FDID em que ela
55 como Presidente desse Conselho Estadual Gestor do FDID resolve
56 designar o Dr. Fernando Antônio Costa de Oliveira, Procurador-
57 Geral do Estado para gerir os recursos objeto do Termo de
58 Convênio de Descentralização Orçamentária, em razão do Decreto
59 nº 19.190/08. Indagou se todos os Conselheiros concordavam com a
60 portaria. Todos concordaram. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira**
61 falou que o Conselho acolheu o Projeto e agora quem vai gerir a
62 receita correspondente à realização do convênio, com as mudanças
63 introduzidas pelo Decreto de Descentralização Orçamentária, é a
64 Procuradoria Geral do Estado - PGE. **Dra. Maria do Perpétuo**
65 **Socorro França Pinto** disse que o Conselho fiscaliza, acompanha o
66 projeto, mas quem vai gerenciar os recursos é a PGE. **Dra. Maria**
67 **Lúcia de Castro Teixeira** falou que o dinheiro será liberado à
68 proporção que vai sendo gasto. **Dra. Maria do Socorro Perpétuo**
69 **Socorro França Pinto** colocou em votação a celebração do Convênio
70 nº01/08 de Descentralização Orçamentária com as modificações do
71 Decreto Estadual que rege a matéria, sendo aprovado por todos os
72 Conselheiros. Quarto Ponto: Deliberação sobre a reformulação dos
73 Projetos da Procuradoria Geral de Justiça - 2006 e 2007. Passou
74 a palavra para a Dra. Lúcia Teixeira que pediu vista dos
75 Processos nºs 10862/2008-2 e 10861/2008-4. **Dra. Maria Lúcia de**
76 **Castro Teixeira** disse estar com os relatórios escritos e que
77 gostaria de lê-los, porque tem algumas citações de lei. Falou
78 que os processos já passaram pelo Conselho Gestor, e que os
79 projetos apresentados pela Procuradoria Geral de Justiça estão
80 dentro da quota dos 20% (vinte por cento) que o Ministério
81 Público tem direito anualmente do FDID, e que a Dra. Ana Lúcia
82 Carneiro, representante da SECULT, relatora, já havia proferido
83 o seu voto, mas como ela tinha ficado em dúvida, pediu vista.
84 Disse que os seus relatórios diferem dos votos da Dra. Ana Lúcia
85 Carneiro, e que gostaria de lê-los na íntegra, exatamente,
86 porque entende que esses projetos não se submetem às regras que
87 são postas para os outros que usam os recursos do FDID. Pediu
88 licença à relatora, que não se encontrava presente, para
89 discordar dela. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
90 falou que pelo formalismo, queria levantar uma preliminar que
91 normalmente é utilizada nos Tribunais, que é quando acontece um
92 momento em que alguém discorda do voto, exige-se a presença

93 daquele para o qual o voto vai ser discrepado, e como a
94 Conselheira que exarou o voto não se encontrava presente, seria
95 de bom alvitre que o Conselho enfrentasse esse problema agora
96 que vai discordar do voto desta. Colocou em votação a preliminar
97 do adiamento da leitura do relatório dos processos. Todos os
98 Conselheiros acolheram a preliminar proposta pela Dra. Socorro
99 França. Quinto Ponto: Deliberação sobre o uso do formulário do
100 Pré-Projeto do FDID. O formulário foi entregue na reunião
101 passada para ser analisado e deliberado nessa reunião. Indagou
102 se algum Conselheiro tinha algo a discordar ou se aprovavam.
103 Pediu à Dra. Rimena Alves Praciano para que ela fizesse a
104 sustentação do pré-projeto. **Dra. Rimena Alves Praciano** falou que
105 em outras reuniões o Conselho havia sugerido fazer um curso para
106 facilitar o acesso das pessoas que querem realmente apresentar
107 projetos ao Conselho Gestor do FDID. Uma das sugestões foi a de
108 apresentar uma carta-consulta que seria um pré-projeto a ser
109 preenchido pelo proponente, e em sendo este aceito, é que os
110 proponentes teriam o trabalho de preparar o projeto com toda a
111 documentação. No entanto, a Dra. Socorro França lembrou que
112 teria que alterar a legislação do FDID para acrescentar essa
113 nova forma de apresentar projetos. Pensando nisso foi realizada
114 uma pesquisa no site do Ministério da Justiça, tentando adaptar
115 a carta-consulta deles a realidade do FDID. Disse ainda que por
116 experiência própria vivida na Secretaria da Cultura com editais
117 e concursos, reconhece que quanto mais fácil for para o
118 proponente, melhor será a demanda pelos recursos do Fundo.
119 Quanto à alteração da legislação é uma coisa para ser pensada,
120 inclusive aproveitar que se tiver outra coisa para ser alterada,
121 que se altere de uma vez. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
122 **Pinto** colocou em votação o uso do pré-projeto. **Dra. Maria Lúcia**
123 **de Castro Teixeira** achou que a minuta apresentada era
124 interessante e de fácil preenchimento, e que o complicado era
125 mudar a lei que a menos de um ano foi alterada pelo Conselho,
126 para colocar na forma que está se propondo. **Dra. Sheila**
127 **Cavalcante Pitombeira** falou que na Secretaria Municipal do Meio
128 Ambiente tem uma figura parecida com essa que é utilizada quando
129 alguém quer saber sobre a viabilidade de um projeto, de uma
130 obra, de um empreendimento, e esse é submetido a essa Secretaria
131 sem o comprometimento de uma análise mais detalhada do projeto.
132 Sugeriu a colocação dessa informação como consulta, sem o
133 comprometimento de ser alterada a legislação, justificando que
134 às vezes as pessoas não sabem se o seu projeto é possível ou
135 não, pois essa poderia ser uma saída. **Dra. Rimena Alves Praciano**
136 disse que esse poderia constar no Edital de 2009. **Dra. Marilene**
137 **da Páscoa Barros** sugeriu colocá-lo apenas em uma Resolução do
138 Conselho. **Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto** falou que o sistema que

139 o FDID tem hoje não funciona, pois o Conselho não conseguiu
140 aprovar nenhum projeto fora do sistema, apenas o da Fundação
141 Cearense de Meteorologia - FUNCEME que é uma entidade super
142 especializada. E que manter esse sistema é fechar os olhos para
143 o problema. Acha que se for necessário mudar a legislação, que
144 seja mudada, ou então modificar apenas o edital. **Dra. Maria**
145 **Lúcia de Castro Teixeira** disse achar que o sistema do FDID
146 funciona muito bem, e que o problema talvez não seja esse, e
147 sim, que as pessoas têm receio de vir para o FDID. **Dr. Osterne**
148 **Feitosa Ferro Neto** falou que todos os projetos apresentados,
149 caíram no item formalidade e ninguém conseguiu passar no
150 vestibular do FDID, pois a prova está difícil, mas que o
151 objetivo do Conselho não é negar os projetos. **Dra. Maria Lúcia**
152 **de Castro Teixeira** achou que o Conselho não deve baixar o nível
153 dos projetos por causa disso. **Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto**
154 falou que não é baixar o nível, mas que o Conselho poderia
155 ajudar aos proponentes no preenchimento dos formulários mais
156 complexos. **Dra. Marilene da Páscoa Barros** sugeriu que em relação
157 à legislação, que fosse compilada em uma só, revogando todas as
158 outras, deixando vigente apenas uma. **Dra. Maria Lúcia de Castro**
159 **Teixeira** falou que o Conselho estava programando fazer um
160 seminário para ensinar a preencher os formulários, e que não
161 seria bom mudar a legislação toda vez que houver dificuldades.
162 **Dra. Marilene da Páscoa Barros disse** entender que por conta dos
163 prazos constantes na legislação vigente acha que vai ser
164 inviável a utilização do pré-projeto. **Dra. Rimena Alves Praciano**
165 lembrou que como está a legislação hoje, quem analisa os
166 projetos são os Conselheiros, quando antes quando a Dra. Socorro
167 instituiu o Conselho essa análise era feita pela Secretaria-
168 Executiva do Conselho, que tinha trinta dias para fazer toda a
169 análise e já mandava os processos instruídos para os
170 Conselheiros. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
171 indagou como tem a questão do prazo, se o Conselho deveria
172 voltar ao modelo que era antes? **Dra. Sheila Cavalcante**
173 **Pitombeira** falou que o Fundo Nacional, Estadual e Municipal
174 funcionam com prazos. Existem prazos para analisar os projetos e
175 para deliberá-los. **Dra. Rimena Alves Praciano** disse ser um
176 concurso público. **Dra. Ana Mônica Figueiras Menescal** indagou se
177 a carta-consulta ficaria a parte do projeto, se seria um
178 procedimento preliminar e se não teria que obedecer a esses
179 prazos. **Dra. Rimena Alves Praciano** respondeu que teria que
180 entrar no todo. Disse ter gostado da idéia sugerida pela Dra.
181 Marilene. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** sugeriu que fosse
182 realizado um levantamento das vulnerabilidades que
183 inviabilizaram a aprovação dos outros projetos nos anos
184 anteriores. E que fosse colocado, como por exemplo, para um

ATA DA 6ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 03 de outubro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

185 projeto de infância e juventude, de cultura, de educação
186 ambiental etc, que fosse colocado o checklist do que deve ser
187 feito, e antes de abrir o prazo do Edital, pegar essa ante-safra
188 de outubro/08 até março/09 para fazer uma divulgação junto
189 àquelas entidades que tiveram seus projetos negados, como também
190 junto a outras entidades não governamentais, associações e
191 entidades chamando-as a apresentar seus projetos. Na divulgação
192 direcionada através de mala direta, colocar o que tem de ser
193 observado pelo proponente quando da apresentação do projeto,
194 adotando o modelo do pré-projeto como ponto que ele deve se
195 orientar na preparação do projeto. Com isso, a legislação não
196 seria alterada e teriam esse espaço de tempo para trabalhar esse
197 momento. Falou ainda que o Conselho fará uma divulgação grande
198 na abertura do prazo de apresentação dos projetos, mas lembrando
199 que as entidades se acautelem de ter aquela documentação e que
200 sigam aquele ritual para fazer o projeto. **Dra. Maria do Perpétuo**
201 **Socorro França Pinto** disse querer fazer um histórico rápido
202 porque ela assumiu dia 03 de janeiro, e a Resolução nº24/08 foi
203 publicada no dia 23/01/08, e que ela não estava inteirada de que
204 essa havia revogado a Resolução nº06/04, e como a Dra. Rimena
205 havia falado, os projetos anteriormente apresentados eram
206 analisados pela Secretaria-Executiva desse Conselho, e hoje de
207 acordo com o art. 4º da Resolução nº24/08, quem analisa, relata
208 e propõe voto é o Conselheiro. Perguntou se estava melhor hoje
209 ou como era antes, porque foi isso o questionado. **Dr. Osterne**
210 **Feitosa Ferro Neto** disse não ser de análise o problema, e sim de
211 capacidade de resolver problemas como o de preencher requisitos
212 necessários para passar nesse concurso. Que a análise só reflete
213 essa dificuldade, pois tanto faz esta ser realizada pela
214 Secretaria-Executiva ou pelos Conselheiros, os projetos são
215 capengas e não vêm preparados. Falou do servidor da Secretaria
216 da Cultura que falou em sessão desse Conselho de como funciona o
217 sistema usado por eles que dá resultados práticos e de aprovação
218 de projetos. Disse ser feito antes uma pré-análise e só
219 preencherá os formulários do projeto e apresentar documentos
220 quem for selecionado nessa etapa. A Secretaria dispõe de uma
221 assessoria que fica o mês inteiro dando feedback ao proponente
222 do que está faltando, e no final, o projeto é entregue de acordo
223 com o que os requisitos legais, e assim o projeto funciona.
224 Falou que no caso desse Conselho, o Conselheiro recebe um
225 projeto com toda a boa vontade, juntamente com o checklist que a
226 Ivonete fez e que ele copiou para usar em outros projetos de tão
227 perfeito que é, mas só isso não resolve porque as funções da
228 Secretaria-Executiva são muitas outras e ela não tem condições
229 de ficar acompanhando vários projetos. **Dra. Maria Ivonete**
230 **Batista Albuquerque** disse que durante o período de apresentação

231 dos projetos, a Secretaria-Executiva fica aguardando as
232 consultas dos proponentes através de ligações telefônicas, e-
233 mails e visitas para tirar as dúvidas, mas que são poucos os que
234 fazem consultas, e que geralmente esses não encaminham projetos.
235 No Manual Básico e na Resolução nº10 disponíveis no site da PGJ-
236 FDID-PROJETOS, está o endereço com telefone e e-mail para o
237 proponente tirar suas dúvidas. **Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto**
238 disse que não falou mal do Manual, mas que o Conselho não tem
239 essa capacidade administrativa, pró-ativa de ir atrás. **Dra.**
240 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** indagou qual era a
241 sugestão. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** sugeriu ao Conselho
242 trabalhar esses seis meses que antecedem o lançamento do Edital,
243 e até o final do ano, enviar mensagens colocando alguns pontos
244 do checklist que são importantes para essas entidades. No
245 período de trinta a quarenta dias que antecede as inscrições,
246 abrir um espaço para consulta, pois dessa forma não seria
247 alterada a legislação do Fundo, e nesse intervalo de tempo,
248 possam verificar a possibilidade da edição de uma Resolução
249 estabelecendo como esclarecer essas consultas, e vivenciar nesse
250 período de experiência, lançando a informação para possíveis
251 clientes do Fundo no ano vindouro. Disse que poderia começar por
252 enviar mensagens, malas diretas para os que não tiveram a sua
253 postulação atendida, explicando que no ano que terão novamente
254 aqueles itens, e que fiquem atentos para esses itens,
255 disponibilizando o check-list feito pela Secretaria-Executiva
256 para as entidades. Disse que no começo do ano seria feita uma
257 comunicação dizendo que está no período que antecede as
258 inscrições dos projetos, e que os interessados podem fazer
259 consultas sobre o processo de seleção e a forma de apresentar os
260 mesmos. Neste período o Conselho vai ter uma idéia de mencionar
261 como formalizar essa consulta, se formaliza no modelo da
262 Secretaria Municipal do Meio Ambiente, ou se formaliza
263 antecipando o espaço já como uma pré-aprovação. Dependendo da
264 deficiência, o Conselho já teria um dimensionamento dependendo
265 da dificuldade que vier, de quais seriam efetivamente essas
266 deficiências: se de escrever, de preparar, ou de documentos,
267 pois o que se vê muito é a deficiência na parte das certidões
268 que não podem ser dispensadas. Falou do Seminário que deverá ser
269 realizado, sugerindo convidar a Dra. Silvia Capele, do
270 Ministério Público do Rio Grande do Sul para dar uma palestra
271 sobre o assunto, franqueando também para as entidades. **Dra.**
272 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** falou que diante da
273 proposta feita, pareceu-lhe que nada impedia que o Conselho
274 pudesse aprovar o pré-projeto, pois o que falta é a capacitação.
275 **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** indagou de como seria ele
276 implementado. **Dra. Maria do Socorro França Pinto** respondeu que

277 este seria apenas um roteiro de como deva ser feito para seguir
278 essa consulta. Colocou em votação o formulário pré-projeto, o
279 que foi aprovado por todos os Conselheiros. Sexto Ponto:
280 Assuntos Gerais. Informou que dos ofícios a serem enviados
281 faltou apenas o do poeta Mário Gomes, por não se saber o seu
282 endereço, pois ele mora nas ruas. Pediu para os Conselheiros
283 rever a questão do assento nesse Conselho das entidades do
284 Terceiro Setor, por serem essas muito importantes na questão da
285 defesa dos direitos difusos e coletivos. Disse que as
286 associações estão legitimadas para ingressar com ação na defesa
287 dos interesses difusos e coletivos, por isso é muito importante
288 que tenham assento nesse Conselho, para que possam dar um
289 equilíbrio nessas questões. Embora esteja disponibilizado no
290 site da PGJ-FDID, já terem sido enviados ofícios, convites, e-
291 mails e de ter a Resolução nº 02/2004, publicada em 15 de
292 setembro de 2004 - Definindo critérios para seleção das
293 entidades civis para compor o Conselho do FDID etc, ainda não
294 contam com esses Conselheiros no CEG/FDID. Disse que gostaria de
295 ouvir dos Conselheiros que atitude tomar. **Dra. Sheila Cavalcante**
296 **Pitombeira** sugeriu fazer um levantamento dessas entidades,
297 começando pelo cadastro existente na Promotoria de Registros
298 Públicos, no Centro de Apoio - CAOMACE e mandar mensagem
299 eletrônica informando-as da Lei nº 46/04 e que a presença delas
300 é indispensável, dizendo que requisitos deverão ser preenchidos
301 ou uma cópia da Resolução. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
302 **França Pinto** indagou se já tinha sido feito anteriormente esse
303 levantamento. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** respondeu que
304 sim, mas que há necessidade de ser feito novos convites. **Dra.**
305 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** disse que se os
306 Conselheiros permitissem, na próxima reunião desse Conselho ela
307 trará várias entidades. Disse ainda, que solicitará ao Centro de
308 Apoio uma relação dessas entidades para que seja feito o convite
309 para assistirem a sessão desse Conselho, e que os Conselheiros
310 se preparassem para explicar para elas o que é o Fundo e como
311 funciona o seu Conselho Gestor, pois quem sabe, já começam a
312 habilitar entidades para as três vagas a elas destinadas. A
313 sugestão foi aceita pelos Conselheiros. **Dr. Osterne Feitosa**
314 **Ferro Neto** disse ter o Conselho do FDID uma função muito
315 importante na defesa dos direitos difusos. Falou ainda da boa
316 idéia da Presidente desse Conselho de mandar congratulações
317 quando as pessoas acertam. Que todas às vezes que vinha para a
318 reunião desse Conselho, vinha pensando em alguém que fez e faz
319 alguma coisa que ele tomou conhecimento e que contribui para que
320 a população do mundo e do Ceará tenha uma vida melhor. Que
321 trouxe dois votos: o primeiro voto de congratulação era para
322 quem idealizou a campanha que lhe chamou a atenção através do

323 cartaz que está afixado no elevador do prédio da PGJ sobre a não
324 utilização de copos descartáveis, sugerindo também que trabalhem
325 com outras embalagens plásticas. Falou que esse problema da
326 ecologia devia ser aprofundado através dessas pequenas ações,
327 parabenizando a quem atentou para esse problema. **Dra. Maria do**
328 **Perpétuo Socorro França Pinto** informou que esse trabalho está
329 sendo feito pelo Ministério Público através do Centro de Apoio
330 das Promotorias do Meio Ambiente que é coordenado pela Dra.
331 Sheila Cavalcante Pitombeira, quem lançou essa campanha. Indagou
332 se todos os Conselheiros concordavam com o voto, e solicitou a
333 Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira para colher os votos por ser
334 ela do Ministério Público e não ser ético. O voto foi aprovado
335 por todos. **Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto** disse que o segundo
336 voto era para uma pessoa muito discutida no Governo do Estado e
337 que se preocupa muito com a questão ambiental, que é o
338 Secretário da Casa Civil, Arialdo Pinho. Falou da campanha
339 lançada por ele em todo o Estado do Ceará através dos órgãos
340 públicos, para a economia de recursos naturais (papel) e
341 preservação do meio ambiente, levando ao conhecimento do
342 funcionalismo público e das outras pessoas, que elas podem
343 trabalhar esse problema no seu trabalho, no dia-a-dia. A
344 campanha está sendo feita através de cartazes espalhados nas
345 repartições públicas. E por ser uma campanha muito interessante
346 e bonita, disse querer um voto por essa iniciativa. **Dra. Maria**
347 **do Perpétuo Socorro França Pinto** falou que essa idéia também foi
348 lançada pelo Centro de Apoio, pela Dra. Sheila Pitombeira, e que
349 ela, Procuradora-Geral de Justiça oficiou aos Promotores de
350 Justiça informando-os que as comunicações deveriam ser feitas
351 por e-mails, e que com essa medida estão sendo salvas muitas
352 árvores. **Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto** disse que a idéia é que
353 cada trinta resma de papel não utilizado se salve uma árvore.
354 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** colocou em votação o
355 voto sugerido pelo Dr. Osterne Feitosa que foi aprovado por
356 todos os Conselheiros. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** sugeriu
357 aos integrantes da estrutura do Estado e do Ministério Público
358 presentes na sessão, que tomassem essa iniciativa para minimizar
359 custos ou demandas em relação aos recursos ambientais, e que
360 essas sejam compartilhadas com esse Conselho Gestor para que
361 elas fossem propagadas para outros órgãos. **Dr. Osterne Feitosa**
362 **Ferro Neto** sugeriu que nesse aspecto da comunicação que fosse
363 criado um grupo para o FDID, onde é colocado o e-mail de cada
364 Conselheiro, e que ao ser enviada uma mensagem, todos os
365 componentes desse grupo a recebe, como também o que for
366 respondido será visto por todos. Disse que criará esse grupo,
367 bastando apenas que a Secretaria-Executiva o enviasse o e-mail
368 de todos os integrantes do Conselho, o que foi autorizado por

ATA DA 6ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 03 de outubro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

369 todos. **Dr. João Gualberto Feitosa Soares** solicitou a Dra.
370 Socorro França, Procuradora-Geral de Justiça que orientasse o
371 pessoal dos coffeebreaks a também fornecerem água e suco em
372 copos de vidro. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
373 disse que na PGJ são usados copos de vidro, e que os copos
374 descartáveis são usados, esporadicamente, quando do evento
375 participa muita gente. Palavra Facultada - indagou quem queria
376 fazer uso da palavra. Como não houve manifestação, agradeceu a
377 presença de todos e declarou encerrada a sessão.
378

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Presidente do CEG/FDID

Maria Lúcia de Castro Teixeira
Conselheira - PGE

Marilene da Páscoa Barros
Conselheira - SECITECE

Rimena Alves Praciano
Conselheira - SESA

Osterne Feitosa Ferro Neto
Conselheiro - SETUR

João Gualberto Feitosa Soares
Conselheiro - DECON

Ana Mônica Figueiras Menescal
Conselheira - SEFAZ

Sheila Cavalcante Pitombeira
Conselheira - CAOMACE

379
380
381
382
383
384
385
386
387